

## **História do Ensino Privado: 30 anos de luta em prol do ensino livre**

### ***Marcos de uma luta em prol da liberdade de ensino***

#### **Introdução**

No presente trabalho propomo-nos abordar o percurso histórico do ensino privado, na perspectiva da luta desenvolvida pela promoção da liberdade de ensino em Portugal. Depois de apresentarmos, meteoricamente, os contornos dessa luta – tarefa que nos transportará até épocas distantes da nossa história –, assinalaremos os marcos que, quanto a nós, configuram as verdadeiras dimensões deste empreendimento: a consciência da necessidade de unir esforços, de cooperar, para construir um quadro normativo adequado e, desta forma, em liberdade, educar com *arte* e mestria.

Se as dimensões da luta estão bem definidas (embora pudessem englobar outras...), os seus vértices dispersam-se pelo *khrónos*. Porém, um olhar razoavelmente atento à história recente da educação, perscruta um período temporal de altíssima densidade, onde, por via de coincidências políticas e sociais, e de um conjunto alargado de Homens determinados, se marca indelevelmente o futuro do ensino não estatal – as décadas de sessenta, setenta e oitenta do século passado. É, sobretudo, desse período “áureo” do ensino privado que nos debruçaremos.

E porque consideramos que o presente não é mais do que “uma pequena fatia do futuro agarrada a uma pequena fatia do passado” (Cippola, 1993: 92), terminamos com a *fatia do futuro*, qual semi-recta que nos projectará para horizontes largos, carregados de desafios sem limites. Porque a arte de educar exige estes voos.

#### **1. O contexto da luta**

Até determinada altura a história do ensino privado quase se confunde com a história da educação nacional. No princípio, quase no *kháos*, tudo é mais ou menos fácil, tudo é pacífico, tudo é bem acolhido, até a aceitação tácita do monopólio educativo da Igreja. É no aconchego dos conventos, dos mosteiros, das igrejas, das catedrais, que a instrução e a educação se vão desenvolvendo, primeiro para os futuros clérigos, depois, aos poucos, para as classes mais abastadas e, aos “muito poucos”, para as gentes do povo. É assim que Alcobça se torna a primeira escola “pública” regida por monges “privados”, ou Santa Cruz abre o seu tesouro sapiencial a jovens ávidos de maior conhecimento de Deus e das “coisas” terrenas. É assim que o Colégio de Jesus, também em Coimbra, é o símbolo da nova instrução de nível “superior” implementada pelos jesuítas, ou a Casa de Santo Antão, em Lisboa, o símbolo da “escola para todos”, bem organizada, com um currículo bem estruturado. Até aqui, poucos sinais de luta...

A luta, a verdadeira luta começa em 1759, contra Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, Marquês de Pombal. Até hoje.

Nestes 250 anos de história, há *estórias* de expulsões e de regressos, e mais expulsões e mais regressos, mas (quase) sempre com regressos; há *estórias* de casas de educação, criadas por cidadãos comuns, dispostas a educar raparigas (coisa rara, noutros tempos!), órfãos e desamparados; há *estórias* de colégios que acolhem pessoas com deficiência; há *estórias* de colégios que iniciam os alunos nas artes e ofícios; há *estórias* de colégios que suportam a

marginalização a que estão sujeitos pelo Estado e *estórias* de outros que não suportam, e deixam de exercer um serviço “público”, ademais, raro e reconhecido pela comunidade. Todos sentimos que não estamos só no século XVIII, nem XIX, mas já entrámos no século XX.

Com mais ou menos intensidade, com mais ou menos clareza, o rasto do Conde de Oeiras não deixa de continuar a afectar a mente e a *praxis* dos nossos governantes, e pior – de enformar a cultura da Nação portuguesa.

É neste cenário de “guerra” (ou de paz “pútrida”) que a partir de meados do século passado se começa a falar de “liberdade de ensino”, de “ensino livre”, de “liberdade de escolha”, de “liberdades de aprender e ensinar”, de “liberdade de educação”, de “direitos das famílias”. Que ousadia, que paradoxo, falar de “liberdade” num regime assaz preocupado com o controlo ideológico e o “livro único”!

Mas é neste ambiente, nestas circunstâncias adversas, que uma plêiade se atreve a confrontar ideias únicas e caducas, poderes instituídos e monopolistas (mesmo sob capas democráticas), lutando por princípios, por ideais, usando somente a arma da liberdade... e da persistência sem limites!

## 2. As dimensões da luta

### a) A luta pela coesão

O dealbar da (forte) expansão escolar, lá pelos anos sessenta do século passado, é o sinal provocador (in)esperado que faz inquietar muitas consciências até aí tranquilas. Perante a construção de novas escolas, algumas das quais bem perto de colégios há muito instalados (e acomodados), perguntava-se: “Quem nos defende? Quem nos vale?”. É claro que desde 1952 existia o “Grémio Nacional dos Proprietários de Estabelecimentos de Ensino Particular”. É claro que também existia uma Instituição – a Igreja – responsável por muitas escolas católicas e com alguma influência em muitos colégios “de inspiração cristã”. Mas, o “espírito associativo” não tinha o hábito de soprar nestes ambientes. Do Grémio, como instituição corporativa para-estatal, pouco se poderia esperar. Da Igreja, bem marcada pelos grandes colégios congregacionais, pouca necessidade se fazia sentir, uma vez que a duas federações de religiosos – CNIR e FNIRF<sup>1</sup> – bastavam, e os colégios diocesanos estavam a nascer. Ainda assim, em 1965 todos (Grémio, Igreja e colégios) dão (mais ou menos) as mãos – pela primeira vez! (Pudera, as dificuldades começavam a ser muitas...). E lá se realiza, com assinalável êxito, o I Congresso do Ensino Particular, contando com a presença das mais altas individualidades da Nação. Entre os vários temas debatidos, salientam-se as questões relativas à liberdade de ensino, aos encargos financeiros que impendem sobre os colégios, ao sistema de exames, à não concessão de subsídios às famílias, à falta de cumprimento da legislação vigente e ao combate ao ensino clandestino.

Durante o encontro, fica bem patente a implantação do ensino particular, sobretudo o infantil e o liceal, em todas as regiões do País, facto este que leva o congressista P. Agostinho Rodrigues (1965) a afirmar uma frase que ficaria célebre:

“Territorialmente considerado, o Ensino Particular é nacional. Está em toda a parte” (p. 719).

Contudo, apesar deste momento empolgante, o ensino privado não se entende como um todo, e as direcções dos colégios “permanecem desconhecendo-se mutuamente e nada alertados para os graves problemas”, como diz António Lopes (1977) anos mais tarde (p. 5).

---

<sup>1</sup> Confederação Nacional dos Institutos Religiosos (Masculinos) e Federação Nacional dos Institutos Religiosos Femininos, respectivamente.

No meio desta inércia, em 15 de Maio de 1969 três padres inquietos da região de Leiria – Luciano Guerra, do Externato Afonso Lopes Vieira, da Marinha Grande, Franklim Henriques da Cunha, do Externato Técnico-Liceal da Beira-Mar, da Vieira de Leiria, e Joaquim Rodrigues Ventura, do Colégio de S. Miguel, em Fátima – ousam ir falar aos bispos para se organizarem as escolas da Igreja. Apesar de o âmbito ser restrito ao universo das escolas católicas, este encontro não deixa de ser um sinal marcante da necessidade de debater os problemas em conjunto, de forma concertada, galvanizador de muitas outras iniciativas tendentes à associação de todo o ensino privado.

O entusiasmo destes três homens é grande e as suas convicções fortes. Eles não querem só as escolas católicas unidas, mas todo o ensino particular. A liberdade de ensinar e aprender é o denominador comum por que todos devem lutar<sup>2</sup>.

Neste contexto “emocional”, em 28 de Janeiro de 1972 é enviado aos colégios da zona de Leiria um ofício do Externato Técnico-Liceal da Beira-Mar (Vieira de Leiria), da responsabilidade de um “Grupo de Directores de Estabelecimentos Particulares de Ensino Secundário adstritos ao Liceu Nacional de Leiria” – e são eles os Padres Luciano Guerra, Ventura e Franklim –, convidando-os para uma reunião no dia 5 de Fevereiro no Colégio Conciliar de Maria Imaculada, na Cruz da Areia (Arquivo *Particular do P. Joaquim Ventura*, pasta I, “Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular – pasta 1”, s/d).

Decorrente da reunião de dia 5 de Fevereiro, em 9 de Março é entregue pessoalmente ao Ministro Veiga Simão um documento assinado por 15 colégios da zona pedagógica de Leiria sobre os problemas mais prementes que ameaçam o ensino particular.

A movimentação mostra-se imparável. A gravidade do momento, aliada à crescente convicção de que a acção concertada será a melhor resposta para a crise, leva a ninguém querer ficar de fora deste desafio congregante. Em 6 de Maio, no Colégio de S. Miguel, em Fátima, é elaborada uma exposição ao Ministro Veiga Simão, subscrita por cerca de centena e meia de directores de colégios, onde se fala da crise que atinge as escolas privadas, da desconfiança do ministério, da discriminação relativamente ao ensino estatal, da insuficiência dos subsídios pontuais, do estatuto, etc. (Arquivo *Particular do P. Joaquim Ventura*, pasta II, “Exposição ao Ministro da Educação Nacional”, 6/5/1972; *Voz Portucalense*, 22/7/1972, pp. 10 e 12).

Em 2 de Junho, é enviado ao Ministro da Educação um ofício solicitando audiência e fazendo menção à exposição para o efeito elaborada (Arquivo *Particular do P. Joaquim Ventura*, pasta I, “Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular – pasta 1”, s/d). Em 15 de Julho, a “Comissão do 6 de Maio” (ou “Comissão do Ensino Particular”) envia um ofício-circular a todos os colégios com cinco assuntos: a recente audiência concedida por Veiga Simão; o anúncio de um encontro nacional que se propõem levar a cabo, de 18 a 20 de Setembro, em Coimbra, anexando ficha de inscrição; o modelo de uma carta-petição a enviar pelos encarregados de educação ao MEN; informação do Instituto de Acção Social Escolar sobre subsídios; um comunicado enviado à imprensa. Nesta circular, depois de situarem a realidade angustiante das escolas particulares, e antes de descreverem os assuntos versados na audiência com Veiga Simão, os Padres Luciano Guerra e Franklim Henriques, em nome da Comissão, justificam a movimentação tendente à concertação de todo o ensino privado:

“Com vista à solução de tais problemas têm vindo a reunir-se ultimamente vários responsáveis pelo Ensino Particular em Portugal. Na sequência dos seus esforços, foram os organizadores dessas reuniões recebidos recentemente pelo Senhor Ministro da Educação

---

<sup>2</sup> Diz-nos o P. Joaquim Ventura (2008), em entrevista, recordando essa época: “Esse fogo que tinha cá dentro não podia reservá-lo apenas para o colégio. Achava que era insuficiente e que estava a falhar a minha missão de educador se ficasse apenas reservado ao Colégio de S. Miguel. Então procurei fazer uma rede a que a princípio chamei “escolas associadas”. Fizemos, em conjunto, muitos encontros de formação pedagógica e integrados nos valores cristãos. Vinha o Colégio Andrade Corvo, as irmãs do Colégio de Santa Maria de Torres Novas, o Colégio de Albergaria dos Doze, o Colégio de São Teotónio (sempre desde a primeira hora), Portalegre e muitos outros” (p. 8).

Nacional com o fim de lhe entregarem um memorando que foi elaborado por algumas dezenas de estabelecimentos e a que deram a sua adesão cerca de centena e meia de directores” (*Voz Portucalense*, 22/7/1972, p. 12).

Mas estes homens não abandonam o sonho de congregar as escolas católicas em torno da sua identidade. É assim que, paralelamente à outra luta, em 17 de Junho, reúnem em Fátima, no Colégio de S. Miguel, cerca de cem responsáveis pelas escolas católicas do País<sup>3</sup>, para reflectir sobre “a especificidade do Ensino da Igreja” (*Boletim* “A Escola Católica”, 1981: 7). Entretanto, a Comissão avança a ritmo veloz. E conforme previsto, de 18 a 20 de Setembro de 1972, no Colégio de S. Teotónio, em Coimbra, realiza-se o “I Encontro Nacional de Responsáveis do Ensino Particular”, com a presença de 150 directores e representantes de 103 escolas privadas. Das conclusões do encontro ressalta a simbiose entre as escolas da Igreja e as restantes escolas privadas, e o desejo que este processo se torne imparável.

Neste mesmo ano, o P. Belchior, em artigo na revista *Brotéria*, dá uma ajuda na corporização deste ideal cooperativo:

“A educação é só por si uma actividade que ultrapassa totalmente, e ainda bem, as perspectivas de indústria. Temos que concluir não terem estas duas entidades [Grémio e Sindicato] possibilidades de representarem todos os problemas do Ensino Particular. Atrevemo-nos mesmo a fazer avançar o problema perguntando: não será oportuno criar associações de escolas e de professores que abarquem outros aspectos do Ensino Particular, como o pedagógico? O actual sistema representativo limita a acção educativa uma vez que não engloba os aspectos mais importantes” (Belchior, 1972a: 708).

Também durante este ano, surge um grupo de reflexão. Segundo Frederico Valsassina (2006a), decorrente do VI Congresso do Ensino Liceal, realizado em 1971, em Aveiro, “saiu uma comissão *Ad-hoc* do ensino privado, de que faziam parte os Padres Belchior e Melícias, as Directoras das Doroteias e do Sagrado Coração de Maria e eu próprio, além das referidas fortes movimentações dos colégios diocesanos”. Valsassina considera que “a experiência ganha foi bastante importante quando da fundação da AEEP” (p. 18).

Quase a terminar o ano de 1972 – um ano determinante nesta luta pela coesão de todo o ensino privado –, realiza-se, na Universidade Católica Portuguesa (UCP), uma reunião de um “Grupo de estudos sobre o ensino particular”, nascida da sugestão lançada pelo P. Bacelar, reitor da UCP, no Colóquio sobre os problemas do Ensino Particular, aquando das comemorações do centenário do nascimento do P. Afonso Luisier, realizadas no Instituto Nun’Alvres, em Santo Tirso. Pretende-se, desta forma, “ir ao encontro da necessidade sentida de se preparar trabalhos e mentalidade que servissem de resposta aos graves problemas que se vão pondo ao Ensino Particular” (AEEP, *espólio do P. Burguete*, caixa 3, “Grupo de estudos...”, 9/12/1972, p. 2).

O grupo é heterogéneo, constituído pelos Padres Bacelar (UCP), Belchior (Colégio de S. João de Brito - Lisboa), Burguete (Instituto Nun’Alvres – Santo Tirso), Germano (Colégio João de Deus - Porto), António Morais e Pereira Gomes (Colégio da Imaculada Conceição – Cernache) e Cabral Ferreira (jesuíta), o Dr. Pedro Roseta (secretário da UCP) e o Dr. Frederico Valsassina (Colégio Valsassina - Lisboa) (*ibidem*), prevendo integrar posteriormente a Ir. Nogueira da equipa de responsáveis do Colégio de Santa Doroteia (p. 5). A existência deste grupo parece ter sido efémera, mas pelas ideias que são lançadas nesta reunião, não deixa de ser mais um sinal da necessidade latente de reflexão conjunta sobre os problemas do ensino particular, mormente na vertente formativa e documental. Por outro lado,

---

<sup>3</sup> Ou seja a maioria das escolas católicas, como aliás reconhece o episcopado: “Estiveram reunidos em Fátima os responsáveis da maioria dos Colégios da Igreja – que são, ao todo, 126, dos quais 48 das dioceses, 15 de Religiosos e 63 de Religiosas” (*Arquivo da CEP*, acta da Assembleia Plenária de 19 a 21/6/1972, p. 8).

expressa a vontade de se incrementar uma colaboração estreita entre colégios de diversas proveniências e carismas, em busca de algo de diferente.

A dinâmica imprimida (que até motiva estes grupos informais de reflexão), potenciada pelo êxito do I Encontro Nacional, não permite recuos nem abrandamentos. Cada vez mais este movimento se impõe como a autêntica “agremiação” que o ensino particular nunca teve, de facto, e que o momento exige, por questões de identidade e sobrevivência.

O grupo promotor dos Encontros Nacionais não dá tréguas. Para continuar a alimentar o entusiasmo, em 26 de Dezembro deste memorável ano de 1972, envia um ofício-circular a todos os colégios, anexando a “síntese dos trabalhos” do Encontro de Coimbra (*Arquivo Particular do P. Joaquim Ventura*, pasta I, “AEEP – pasta 1”, s/d).

A adesão espontânea a este “movimento” é tal que se planeia fazer mais um encontro nacional. Trabalhando para este objectivo, o grupo promotor envia, em 12 de Fevereiro de 1973, um ofício-circular aos “delegados regionais” da “Comissão Organizadora de Encontros dos Responsáveis do Ensino Particular”, convocando-os para uma reunião a ter lugar no Colégio de S. José, em Lisboa, no dia 5 de Março. Nessa data, também é enviado um ofício-circular a todos os estabelecimentos de ensino particular, convidando-os a inscreverem-se no II Encontro Nacional (*ibidem*).

Entretanto, em 1 de Março, a Comissão Organizadora é recebida pelo Ministro Veiga Simão, convidando-o a encerrar o Encontro Nacional (*Reconquista*, 10/3/1973, p. 2).

Finalmente, em 6 e 7 de Março de 1973, no Colégio de S. José, em Lisboa, realiza-se o II Encontro Nacional do Ensino Particular, congregando directores de 122 colégios. Estes responsáveis “pretendem uma aproximação o maior possível da igualdade pedagógica e económica com o ensino oficial e, para tal, pedem a concessão de largos subsídios, a isenção de impostos, a instauração de regime de dispensa de exames, a liberdade de transferência dos alunos de um para o outro ensino e a capacidade de emissão de certificados com valor oficial” (*Novidades*, 8/3/1973, p. 8).

A sessão de encerramento conta, mais uma vez, com a presença de D. Júlio Tavares Rebimbas, presidente da CEEC<sup>4</sup>, assim como do Ministro Veiga Simão.

Sedimentado o movimento associativo com mais esta iniciativa de âmbito nacional, apoiada pela generalidade dos directores dos colégios, o entusiasmo no seio da Comissão Organizadora não pára de aumentar. Nesta fase, entre eles, e a par do P. Ventura e de outros, salienta-se o P. Manuel Luís, director do Colégio de Santo António, em Portalegre, que, sobretudo em 1973 e 1974, ajuda a galvanizar o grupo, tal a sucessão de contactos que vai estabelecendo para consolidar o movimento.

Em 14 de Fevereiro de 1974, no Colégio de S. Miguel, reúne-se, mais uma vez, o “grupo promotor”<sup>5</sup>, especialmente para tratar da situação do ensino particular face à morosidade da publicação do novo estatuto do ensino particular. Decidem promover um novo encontro de todo o ensino particular, nos dias 20 e 21 de Março, assim como pedir uma “audiência colectiva” ao ministro (*Arquivo Particular do P. Joaquim Ventura*, pasta VIII, “Reunião de Directores...”, 26/2/1974).

Como previsto, em 20 e 21 de Março de 1974, realiza-se o III Encontro Nacional, em Lisboa, no Colégio do Sagrado Coração de Maria, com ampla divulgação na imprensa nacional e regional. *O Século* resume desta forma o que se passa nestes dois dias:

---

<sup>4</sup> “Comissão Episcopal da Educação Cristã”.

<sup>5</sup> Estão presentes: P. Joaquim Ventura (Fátima), P. Domingues Gaspar (Marinha Grande), P. Franklim (Vieira de Leiria), P. José Sampaio (Alcácer do Sal), P. Manuel Luís (Portalegre), P. Alberto (Bombarral), P. António Lopes (Colégio Almeida Garrett, Porto), Dr. António Almeida (Colégio da Guia), Dra. Maria Emília (Colégio de Albergaria dos Doze), além do P. Luciano Guerra, na qualidade de “ex-combatente” da mesma causa (uma vez que já era Reitor do Santuário de Fátima).

“Plenários, encontros gerais e compartimentação dos trabalhos em 11 grupos foi a forma como decorreu o encontro. O conteúdo estava expresso em exaustiva agenda em que os problemas eram muitos e diversificados, desde os pedagógicos aos económicos. Os plenários foram dirigidos pelo padre Luciano Gomes Paulo Guerra, delegado do episcopado português na comissão de preparação do novo Estatuto do Ensino Particular” (22/3/1974, p. 11).

Com mais este Encontro Nacional, consolida-se o gosto e o hábito de trabalhar em conjunto e dá-se mais legitimidade à luta por melhores condições de funcionamento<sup>6</sup>.

O 25 de Abril surge pouco depois e não mitiga esta dinâmica. Pelo contrário, o ambiente hostil ao ensino privado, aliado a uma conjuntura que apela ao associativismo, potencia este “movimento”.

O IV Encontro Nacional, em 1 de Junho, no Colégio do Sagrado Coração de Maria, em Lisboa, tornar-se-á um marco indelével neste itinerário de luta em comum. Do Estado Novo herda-se uma crise profunda, agora potenciada pelo ambiente político e social adverso a tudo que não seja “estatal”. Se pairavam no ar sinais de esperança com as promessas de (mais) ajuda de Veiga Simão, consubstanciadas no novo estatuto prestes a ser publicado, agora os governantes são outros e rapidamente são substituídos num contexto de muita instabilidade e poucas certezas. Nestas circunstâncias, torna-se mais que nunca indispensável (e urgente) a criação de uma verdadeira associação que defenda com convicção todo o ensino particular. É neste quadro dramático, mas também desafiador, que se reúnem 190 responsáveis de colégios, aprovando, entre outras, as seguintes propostas *revolucionárias*:

- Criar uma Associação de todo o Ensino Particular que, inclusive, substitua o Grémio;
- Dividir o País em 4 zonas: Norte, Centro, Lisboa e Sul;
- Eleger imediatamente dois delegados provisórios, que deveriam: (i) estabelecer uma divisão provisória de cada zona em regiões geográficas ou sectoriais; (ii) promover reuniões de cada região para eleição de dois delegados de região; (iii) promover até 18 de Junho uma reunião conjunta dos delegados regionais para que estes elegeassem para cada zona dois delegados efectivos e dois suplentes” (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 6 da Assembleia Executiva Pró-AEEP, 23/9/1974, p. 2).

É obvio que as circunstâncias são favoráveis a um desfecho deste tipo. E com esta decisão histórica, os potenciais associados não perdem tempo, como se infere deste excerto da acta atrás referida:

“Apesar da escassez de tempo e não obstante se estar então em plena época de exames em clima de todos conhecido, o dinamismo dos delegados provisórios eleitos em 1 de Junho tornou possível em duas semanas se cumprisse o programa aprovado no Encontro e as regiões elegeassem os seus delegados, os quais por sua vez elegeram 8 delegados efectivos de zona e 8 suplentes, que de acordo com o Organigrama em princípio aprovado, passaram a constituir a Assembleia Executiva, órgão supremo da Associação até à sua estruturação definitiva de acordo com os Estatutos” (ibidem).

---

<sup>6</sup> O P. José Baptista (2007) recorda, desta forma, uma audiência com o MEN, decorrente do 3º Encontro, reveladora dos escolhos destes cabouqueiros: “Aí pedimos uma audiência ao Ministro Veiga Simão, mas este não nos quis receber, alegando que não tinha espaço no Ministério. Depois, por intermédio do Dr. Frederico Valsassina, lá fomos recebidos, na 5 de Outubro, no 13º andar, num salão enorme. Devíamos ser uns 120 nessa altura. Ele entrou e disse: “Boas tardes meus senhores, desculpem mas eu não vos conheço de lado nenhum...”. Ia retirar-se, mas quem o agarrou foi o Luciano Guerra que lhe disse das boas durante duas horas. O Luciano foi forte, deu-lhe a valer. Foi então que ele disse que já tinha lavrado um documento por causa dos subsídios dos colégios” (p. 3).

Sobre esta audiência, a Ir. Maria Antónia Guerreiro (2006) recorda desta forma este momento: “Lembro-me muito bem do Dr. Luciano Guerra, que era muito pacífico mas muito incisivo, ter dito: “O Sr. Ministro, com esses subsídios que vai sempre lembrando e *atirando à cara* de quem fala, mais não faz do que fornecer balões de oxigénio para que o moribundo viva enquanto a rede estatal não chegar ao local em que tem a escola; nessa altura pode ser enterrado” (p. 2).

Eleitos, em 1 de Junho, os delegados provisórios das quatro zonas<sup>7</sup>, desencadeia-se uma série de reuniões regionais tendentes a dar sequência, com brevidade, às deliberações do Encontro Nacional. Desta forma, são eleitos 38 delegados regionais, representativos de 22 zonas do Continente.

Em 18 de Junho de 1974, reúne-se no Colégio de S. João de Brito, em Lisboa, a “Comissão Executiva da Pró-Associação dos Responsáveis do Ensino Particular” eleita em 1 de Junho. Depois de se fazerem as nomeações dos delegados regionais e zonais, decorrentes das eleições realizadas nas três semanas anteriores, a Assembleia Executiva acorda a metodologia das reuniões, estimula para que se trabalhe no sentido de aumentar o número de associados, e aborda questões candentes: as disparidades entre ensino oficial e particular, a demissão do Inspector do Ensino Particular e as relações com o Grémio (Arquivo *da AEEP*, Acta n.º 1 da Assembleia Executiva Pró-AEEP, 18/6/1974, pp. 2/3). Sim, há que contar com o Grémio que está disposto a oferecer alguma resistência<sup>8</sup>. E nesta reunião estuda-se “a atitude a tomar na Assembleia Geral do Grémio”, marcada para o dia 22 de Junho. Efectivamente, neste dia, no Salão dos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, realiza-se uma Assembleia Geral Extraordinária do Grémio com o objectivo de dissolver o organismo e criar uma nova associação. Mas a reunião, conforme é previsível, não corre bem: o P. Cabeçadas, presidente da Assembleia Geral, a determinado momento abandona o salão e formaliza-se a fractura com a instituição que, desde meados do século, representava institucionalmente o ensino privado<sup>9</sup>. Escreve Fernando Brito (1994), com emoção, estes momentos inesquecíveis para quem os viveu intensamente:

“A AEEP nasceu e cresceu da necessidade de união entre as escolas do EPC, não exclusivamente por uma necessidade de defesa dos seus direitos (e não digo interesses) sociais, políticos e económicos, mas fundamentalmente pela necessidade de ligação, união e aconchego, numa palavra, de solidariedade entre escolas com dimensões e espaços de acção diferentes. Foi esta solidariedade que fez brotar esse movimento de escolas não dependentes do Estado em tempo de Santo António no salão dos Bombeiros Voluntários de Lisboa, sob a batuta do Pe. Vítor Melícias, esse revolucionário permanente. Julgo que se pensássemos agora um pouco esquecer-nos-íamos das dificuldades e desgostos que tivemos e deixaríamos vir à nossa mente os muitos sucessos que vencemos. Lembramos facilmente Aljubarrota mas esquecemos Alcácer Quibir. Meus amigos, a reunião dos manjericos no salão dos Bombeiros foi um explodir do ideal que já vivia dentro de todos nós, foi um brotar consciente e temperado (em tempo destemperado) de uma situação que já não podia continuar. O Grémio

---

<sup>7</sup> São eles, os representantes dos seguintes colégios: Zona Norte: Instituto Nun’Alvares – Sto Tirso (P. Nuno Burguete) e Grande Colégio Universal – Porto (Dr. Fernando Brito); como suplentes, Colégio D. Diogo de Sousa (Braga) e Externato Delfim Ferreira (Riba de Ave); Zona Centro: Colégio de S. Miguel – Fátima (P. Joaquim Ventura) e Externato Dom Fuas Roupinho – Nazaré (Dr. Fernando Soares); como suplentes, Colégio La Salle (Abrantes) e Colégio de S. Teotónio (Coimbra); Zona Sul: Colégio Diocesano de Santo António – Portalegre (P. Manuel Luís) e Externato Dr. José Gentil – Alcácer do Sal (P. José Sampaio); como suplentes, Escola Imaculada Conceição (Évora) e Externato Fareense (Faro); Zona Grande Lisboa: Colégio Moderno (Dr. José Luís Mota e Costa) e Externato da Luz (P. Vítor Melícias); como suplentes, Colégio S. João de Brito e Externato Novo Rumo (Arquivo *da AEEP*, Acta n.º 1 da Assembleia Executiva Pró-AEEP, 18/6/1974, p. 2).

<sup>8</sup> Frederico Valsassina (2006b), em entrevista, partilha-nos os seus sentimentos relativamente a estas novas perspectivas, quando ainda pertence ao Grémio e está com o coração na nova associação: “No Grémio sentia-me cada vez mais isolado e tentei, nas reuniões do “Grupo de Fátima” a que assisti, não como elemento do Grémio, mas a título pessoal, que teríamos mais força perante as esferas oficiais todos juntos do que em dois ou mais grupos. Nessa altura nada consegui” (p. 3).

<sup>9</sup> Já tempos antes, os Padres Ventura e Luciano Guerra tentaram convencer os responsáveis do Grémio a aceitarem pacificamente a nova associação, como nos relata o P. Joaquim Ventura (2008), em entrevista: “Recordo-me quando eu e o P. Luciano Guerra fomos ter com o Sr. Migueis dizer: ‘Temos uma associação em vista, preparada e avançada. Portanto, não é melhor passar de Grémio para a associação?’ Ele diz: ‘Não, nós somos a cabeça’. Responde-lhe o Luciano Guerra: ‘Então o senhor fique-se com a cabeça que nós vamos trabalhar com os membros’” (p. 5).

não correspondia minimamente aos nossos anseios e seria melhor assaltá-lo ou criar paralelamente uma outra organização? A opção foi a segunda. Bendita hora para o EPC!” (pp. 13/14).

Entretanto, trabalha-se na elaboração dos projectos de ideário, estatutos e organigrama da associação. O P. Joaquim Ventura e o Dr. Fernando Brito estão particularmente incumbidos destas tarefas e na 3ª Assembleia Executiva já apresentam dois organigramas respeitantes ao futuro projecto da Associação (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 3 da Assembleia Executiva Pró-AEEP, 26/6/1974, pp. 2/3).

Mas o trabalho tem de ser repartido pois os recursos são escassos. Assim, a par das Zonas Centro e Norte (com as tarefas atrás referidas), os delegados da Zona de Lisboa tomam conta do expediente da Associação e dos contactos com o Grémio (p. 2) e os da Zona Sul responsabilizam-se por apresentar um relatório sobre a situação do Ensino Livre nos seus diversos aspectos (p. 3).

Sujeita, entretanto, à concorrência do Grémio, a recém pró-associação delibera na Assembleia Executiva de 19 de Julho de 1974 convocar para o dia 27 um Plenário próprio da Associação que, por razões de ordem prática, deverá ser realizado por Zonas. Da agenda de trabalhos deverá constar “a constituição definitiva da Associação” e a “aprovação dos Estatutos para vigorarem provisoriamente por um período máximo de seis meses” (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 4 da Assembleia Executiva Pró-AEEP, 19/7/1974, pp. 1/2).

É grande a preocupação do grupo responsável por se impor ao Grémio e se tornar claramente representativo de todo o ensino privado. Desta forma, além da determinação de se realizar o Plenário por Zonas para minimizar as deslocações, a convocatória é acompanhada de um destacável em que se pergunta aos directores e proprietários dos colégios que não podem estar presentes, se aderem à nova associação e se aprovam os estatutos nos termos citados na agenda (p.2).

Efectivamente, a 27 de Julho de 1974 realiza-se o Plenário Nacional da Associação “em que na totalidade das zonas, cerca de 500 Estabelecimentos, em votação e em boletins individualmente assinados, aderiram à Associação, aprovaram provisoriamente o projecto de Estatutos e do Organigrama e consentiram em reger-se por eles por um período de seis meses até que a nova legislação sobre associações permita a sua revisão. Reafirmaram ainda a sua confiança à Assembleia Executiva que haviam eleito”<sup>10</sup> (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 6 da Assembleia Executiva Pró-AEEP, 23/9/1974, pp. 2/3).

Na Assembleia Executiva de 29 de Julho, é decidido (finalmente) adoptar a designação de “Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular (AEEP)”.

Na Assembleia seguinte, em 23 de Setembro, debate-se a legalização (e decorrente legitimidade) da associação, sem a qual está condicionada a sua intervenção junto dos poderes públicos. Está presente o advogado de Lisboa, Dr. Mário Coelho, e combina-se entregar ao Ministério do Trabalho um memorando onde se contextualiza o surgimento natural da nova associação, perante uma instituição corporativa – o Grémio – gradualmente caída em descrédito pelos seus associados *forçados* (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 6 da Assembleia Executiva Pró-AEEP, 23/9/1974, p. 1).

Em 9 de Novembro, começa a ser analisada a versão decorrente de dois projectos de Estatuto da Associação, apresentados pelos delegados da Zona da Grande Lisboa e Zona Norte (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 9 da Assembleia Executiva Pró-AEEP, 9/11/1974). Em 1 de

---

<sup>10</sup> A acta n.º 6 acrescenta o seguinte sobre questões de representatividade: “Note-se, porém, que estes cerca de 500 estabelecimentos não perfazem 50% dos cerca de 1200 existentes no país. (...) De qualquer modo ultrapassam em muito qualquer número que o Grémio jamais tenha reunido mesmo em actos eleitorais” (p. 3).

Fevereiro de 1975, realiza-se o 1º Plenário Geral no Colégio do Sagrado Coração de Maria<sup>11</sup> e, conforme é de prever, os Estatutos são aprovados e eleitos os primeiros órgãos centrais da Associação (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 1 da Assembleia Plenária, 1/2/1975).

Finalmente, às onze horas do dia 15 de Fevereiro de 1975, no Colégio de S. João de Brito, em Lisboa, o Presidente da Comissão Executiva da AEEP, Dr. José Luís Mota Costa, do Colégio Moderno, em Lisboa, dá posse aos primeiros órgãos centrais da AEEP, constituídos da seguinte forma:

1) Mesa do Plenário-Geral:

Presidente – Professor Eduardo Marques, do Externato de Albergaria (Albergaria-a-Velha);

Vice-Presidente – P. Manuel Baleiras, do Externato Rainha Santa (Fronteira);

Secretário – Dr. José Manuel Moura de Mesquita, do Externato Novo Rumo (Lisboa);

Vogal – Cónego Álvaro Vaz Quintalo da Cunha, do Colégio de S. José (Guarda).

2) Direcção-central:

Presidente – P. Vítor José Melícias Lopes, do Externato da Luz (Lisboa);

Vice-Presidente – P. Nuno de Santa Maria Fróes Burguete, do Instituto Nun'Álvres (Caldas da Saúde);

Secretário – Eng. António da Ressurreição, do Externato de N. S. do Incenso (Penamacor);

Tesoureiro – P. Joaquim Rodrigues Ventura, do Colégio de S. Miguel (Fátima);

Vogais – Dr. João Pedro Monteiro, do Externato Delfim Ferreira (Riba de Ave); P. Alberto Dias, do Externato Académico (Bombarral), Dr. Manuel da Costa Pinto, do Externato de Santa Bárbara (Lisboa); Dra. Maria do Céu Sampaio de Lemos, da Escola da Imaculada Conceição (Évora).

3) Conselho Fiscal Central:

P. Manuel Leão, do Colégio de Gaia (V.N. de Gaia); Dr. António Tenreiro da Cruz, do Colégio Tomás Ribeiro (Tondela); Dr. João Nabais, do Colégio Vasco da Gama (Rio de Mouro); Dr. José Domingos Rosado, do Externato Farense (Faro).

(Cf. *Arquivo da AEEP*, Acta de Posse n.º 1, 15/2/1975, pp.2-3).

Consuma-se, assim, um sonho de *meia-dúzia* de cabouqueiros – gigantes no pensamento e na acção – gradualmente partilhado e assumido pela quase totalidade dos responsáveis das escolas privadas. Mas atingida esta meta, há que vencer as muitas dificuldades que surgem: e elas são as resistências do Grémio (que acabam por se esbater no tempo) e as adversidades políticas e sociais. Mas também são as contingências humanas, tão condicionantes quando se faz uma aprendizagem “nova” em grupo, quando se trabalha em equipa. Não faltam, pois, conflitos internos, dissonâncias ideológicas e geográficas, ameaças divisionárias. Mas vence o bom senso, o espírito associativo, e os *manjericos* do salão dos bombeiros souberam consagrar a união em torno do essencial – a luta pela liberdade de ensino.

E nesta saga, o entusiasmo é tão grande e contagiante, que arrasta os pais na luta pela coesão, com os olhos postos na liberdade de escolha. É nas escolas privadas que o movimento associativo nasce<sup>12</sup>, logo nos inícios da década de setenta, acompanhando a evolução do movimento impulsionado pela Comissão dos Encontros Nacionais. Em Junho de 1975, e promovido por Associações de Pais de escolas católicas, realiza-se o I Encontro Nacional das Associações de Pais de Alunos do Ensino Particular. Surge daqui, sem qualquer forma

---

<sup>11</sup> A mesa é constituída pelo Dr. Mota Costa (presidente), P. Nuno Burguete (delegado da Zona Norte), P. António Pedro dos Santos (delegado da Zona Centro), P. Vítor Melícias (delegado da Zona da Grande Lisboa) e Dra. Maria do Céu Lemos (delegada da Zona Sul) (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 1 da Assembleia Plenária, 1/2/1975, p. 1).

<sup>12</sup> No sítio da CONFAP, na Internet, pode ler-se: “Antes de 1974 havia poucas Associações de Pais e quase todas elas estavam ligadas ao ensino particular. Com a Revolução de Abril e com o desejo de participação então gerado, o movimento associativo em geral, e o dos pais em particular, foi crescendo por todo o país”.

jurídica, o Secretariado Nacional das Associações de Pais de Alunos do Ensino Particular (SNAPEP), que aceita todos os tipos de escolas, estatais e não estatais. Entretanto, é criada a INTER-PAIS, afecta ao ensino estatal, até que em Fevereiro de 1977 se dá forma jurídica ao SNAP – Secretariado Nacional das Associações de Pais – que integra o SNAPEC e a INTER-PAIS. Em estreita ligação com o SNAP, é criada, em 1978, a FNAPEC – Federação Nacional das Associações de Pais de Alunos do Ensino Católico, ainda hoje existente. Em 1985, o SNAP dará origem à actual CONFAP, que conta no seu historial com vários presidentes oriundos de Associações de Pais de escolas privadas.

### ***b) A luta por um quadro legislativo favorável à liberdade de ensino***

A luta pela coesão de todo o ensino privado não é um fim em si mesmo. Na mente destes homens há uma “visão”: consagrar, na lei (e na *praxis*), as liberdades de ensinar e de aprender, ou seja, de se poderem criar escolas com projectos alternativos ao modelo único e “pronto a vestir” oferecido pelo Estado, com possibilidade de serem escolhidas, livremente, pelos pais e alunos, sem quaisquer condicionantes.

Com esta visão, a AEEP – com outros contributos notáveis, como a Igreja e o grupo “duro” do “movimento das escolas católicas” e um lote relevante de personalidades políticas – abre-se à “missão”: ajudar a construir o tal quadro legislativo que garanta a liberdade de educação.

E avançamos nós para “o melhor e mais digno período da história do ensino particular e cooperativo neste país”, como ainda há bem pouco reconhecia José Pereira Neto (2006), primeiro Director-Geral do EPC (p. 3).

Esgotados os esforços pela publicação do Estatuto do Ensino Particular no período Veiga Simão, entra-se, logo após a revolução de Abril, na fase de elaboração da nova Constituição Política. A primeira etapa é, pois, a redacção dos artigos constitucionais sobre a liberdade de ensino, o que acontece durante o Verão *quente* de 1975, efervescente em termos políticos e sociais. Neste contexto desfavorável, o ensino particular sabe que pode contar com alguns deputados, o mais prestigiado dos quais é Mário Pinto, professor na UCP e deputado na Assembleia Constituinte, pelo PPD<sup>13</sup>. O momento é crucial para o futuro da liberdade de ensino e naquele *areópago* debatem-se decisões determinantes para o futuro das escolas privadas. Mas naquela mole de deputados, há *meia-dúzia* que corajosamente defendem a liberdade. Por entre “Cala-te”, “Não é verdade”, “Não apoiado”, “Fora!”, “Oh!... Oh!...”, “Caluniador!”, “Ora, ora”, “Isso é baixo”, “É falso”, “É mentira” e outras vaias do género, deputados como Mário Pinto, Jorge Miranda, Pedro Roseta, José Augusto Seabra, Mota Pinto, Barbosa de Melo, Amaro da Costa souberam vencer as resistências e garantir um texto minimamente aceitável, não impeditivo de conquistas mais arrojadas. Mas também será justo recordar, nesta fase, Sottomayor Cardia e Salgado Zenha que, do lado de lá, souberam gerir favoravelmente as profundas divergências do hemiciclo, quase o transformando num “hemi-quadrado”...

No final, com o preceituado aprovado, lamenta-se o pouco avanço mas não se escondem os raios de esperança<sup>14</sup>, porque há muito mais vida para além da Constituição...

---

<sup>13</sup> “Partido Popular Democrático”, posteriormente “Partido Social Democrático” (PSD).

<sup>14</sup> Pedro Roseta, do PPD/ PSD faz a seguinte declaração em nome dos deputados do seu grupo: “Eu lamento, em primeiro lugar, que não se tenha feito mais uma vez uma viragem em mais uma tristíssima tradição portuguesa, que tem sido uniformemente favorável ao monopólio estatal do ensino. Assim, acaba de ser consagrada uma linha ultrapassada e retrógrada, que já não é seguida em nenhum dos países democráticos da Europa e que arrancou entre nós do estatismo pombalino, passou pelo centralismo de inspiração napoleónica e chegou ao jacobinismo pequeno burguês, e que, ao que parece, se pretende prolongar numa sobrevivência anacrónica nos nossos dias” (AC, *Diário das Sessões* de 16/10/1975, p. 1992).

Também Barbosa de Melo, do PSD, faz a seguinte declaração: “Embora algo tenha sido recuperado na redacção final, não nos satisfaz a concepção que a Constituição recolhe sobre o princípio da liberdade de ensino. Os

E a outra vida acontece em paralelo, corporizada na luta pelo paralelismo pedagógico, com a AEEP a multiplicar-se em reuniões e contactos para pressionar os sucessivos governantes (e como eles se sucediam rapidamente...). Um destes contactos tem lugar em 1 de Março de 1975, num encontro conjunto com os Secretários de Estado Rui Grácio e Protes da Fonseca. Nesta oportunidade, os dirigentes da AEEP apontam o paralelismo pedagógico como um dos problemas prioritários da Associação, e pedem “que seja concedida ao Ensino Particular, no presente ano lectivo, a paridade pedagógica com o Ensino Oficial, no que se refere a dispensa de exames, sem obrigar os alunos do Ensino Particular a provas discriminatórias, como aconteceu no ano lectivo transacto” (AEEP, *espólio do P. Burguete*, caixa 11, “Pontos propostos para a exposição”, 1/3/1975).

Embora não seja pacífica a materialização desta “conquista” em todas as escolas, o certo é que se alcança uma medida altamente benéfica para o ensino particular, mormente para as escolas com um índice mínimo de qualidade. Decorrente da luta pelo paralelismo pedagógico está todo o processo, difícil e moroso, que conduzirá, no início dos anos oitenta à profissionalização em exercício – outra medida que teve larga repercussão na dignificação do ensino privado, mas que exigiu muita luta e empenho, como nos diz Frederico Valsassina (2006b), em entrevista:

“Os colégios puderam a partir de então formar os seus próprios professores. A forma de os nossos professores se poderem profissionalizar passou por longas vicissitudes e reuniões, tanto com o ministério como com os sindicatos pois não havia unanimidade de opiniões. Chegou-se, por fim, a uma solução de compromisso, em que os colégios poderiam vetar um delegado do Ministério da Educação que não se enquadrasse no projecto educativo da escola (ponto muito importante, sobretudo para os colégios da Igreja).

O conhecimento das escolas do EPC por muitos professores do ensino oficial desmontou, na maioria dos casos, os preconceitos que esses delegados tinham ao entrar nas nossas escolas. Considero que a profissionalização em exercício foi a maior conquista do EPC e não tenho dúvidas em realçar o trabalho da AEEP e o enorme prestígio de seriedade e competência que tinha sabido granjear junto do Ministério” (p. 7).

Concomitante com esta e outras lutas, a partir de 1976 trabalha-se na Assembleia da República para a elaboração das Bases do Ensino Particular e Cooperativo (Lei n.º 9/79, de 19 de Março), da Lei da Liberdade do Ensino (Lei n.º 65/79, de 4 de Outubro), e, finalmente, do novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo (Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de Novembro). Embora em ambiente não tão revolucionário, de novo um punhado de deputados tem de vencer muitos escolhos para fazer prevalecer as suas convicções. Protagonizam esta luta, especialmente Pedro Roseta, Sousa Franco, Mário Pinto, Gonçalves Sapinho e Nuno Abecassis. Do outro lado “democrático” está Teresa Ambrósio, do PS, pouco flexível a princípio, mas uma “convertida” depois de ver o que se passava lá fora, na Europa, e devidamente esclarecida cá dentro, por gente “de bem”...

É verdade. Nos bastidores, a AEEP, também com o contributo da Igreja, procura actuar com firmeza sensibilizando estrategicamente a opinião pública (com ênfase para os pais), os políticos, os deputados e os governantes, para a questão candente da liberdade de ensino.

---

constituintes não conseguiram passar, nesta matéria, de uma visão estatista (...). A maioria não viu, ou não quis ver, que o ensino privado pode ser estruturado de outra maneira, sendo livre sem ser expressão de gula capitalista. A maioria não viu que a liberdade de aprender e de ensinar – que, honra lhe seja, deixou consignar na Constituição – só pode ser operativa e eficaz se for acompanhada da liberdade de iniciativa dos pais, dos professores, das associações laicais, das igrejas, para constituir escolas a todos os níveis, e da garantia da igualdade de tratamento por parte do Estado entre os alunos das escolas públicas e das escolas privadas” (AC, *Diário das Sessões* de 21/4/1976, p. 4442).

Nesta dinâmica de sensibilização “intensiva”, a acta da reunião da Direcção Central da AEEP de 30 de Abril de 1977 é ilustrativa das movimentações entretanto desencadeadas a diversos níveis, e por diversos actores, potenciando sinergias tendo em vista o mesmo objectivo: legislar-se favoravelmente ao ensino livre. Dela, destacamos a seguinte passagem:

“Quanto ao segundo ponto (Projecto de Lei sobre a Liberdade de Ensino), foi descrita a actividade que se tem vindo a desenvolver, quer a nível regional e local, quer em contactos com elementos da Assembleia da República, e ainda em mensagens enviadas por colégios católicos ao Episcopado pedindo se pronuncie oficialmente sobre o assunto<sup>15</sup>. Debatido o que se deverá ainda fazer, ficou assente que a AEEP elabore um documento sobre a liberdade de ensino, visto haver grande confusão quanto ao que são os verdadeiros objectivos do ensino livre” (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 49 da Direcção Central da AEEP, 30/4/1977, p. 51).

Para o mês de Abril de 1978, planeia-se estrategicamente o CONGRENE (Congresso Nacional das Escolas Não Estatais), cujo principal objectivo é “promover uma acção comum de todos os interessados na defesa da Liberdade de Ensino e de obter (...) um regime jurídico que contenha as garantias necessárias para a equiparação, oficialização e atribuição de subsídios aos estabelecimentos surgidos da iniciativa não-oficial” (CONGRENE, 1978: 4). A preparação começa muitos meses antes, não faltando um secretariado nacional com sede no Porto<sup>16</sup>, cartazes e múltiplas acções por todo o país, procurando envolver todos os agentes educativos. Uma imagem desta movimentação gigantesca é o encontro “Mosaico” realizado no Colégio de S. Miguel no dia 18 de Dezembro de 1977, subordinado ao tema “Pais, professores e alunos, face à escola não estatal”. Nas conclusões, questiona-se a (pouca) liberdade existente:

“A situação do ensino não estatal em Portugal tem-se agravado nos últimos tempos, em virtude de a liberdade que lhe é concedida ser mais fictícia do que real. Efectivamente, onde não existem meios para o exercício da liberdade, não se pode dizer que esta exista” (*Arquivo particular do P. Joaquim Ventura*, pasta VIII, “Mosaico”, 18/12/1977).

Toda esta actividade, não totalmente isenta de turbulências internas, culmina com o Congresso, em 31 de Março, 1 e 2 de Abril de 1978, na Póvoa do Varzim, que junta cerca de quatrocentas pessoas directamente ligadas à problemática do ensino livre (alunos, pais, professores, directores e proprietários de estabelecimentos), representando 112 colégios. Deste encontro, extraem-se diversas propostas, todas elas relacionadas com a defesa da liberdade de ensino e de uma legislação que a consagre.

Decorrente deste Congresso, é elaborado um “Projecto de Lei do CONGRENE sobre a Liberdade de Ensino” onde se aponta, entre outros aspectos, para a gratuidade do ensino nos níveis obrigatórios e comparticipação nos outros níveis, de forma a garantir-se a igualdade de oportunidades. Também a questão da qualidade do ensino é bem assinalada nesta proposta, de forma a proporcionar a autonomia pedagógica a quem cumpre os requisitos técnicos, pedagógicos e sanitários indispensáveis (cf. *A defesa*, 18/10/1978, suplemento, pp. 2 e 3).

Esta proposta de projecto de lei é entregue à Comissão Parlamentar de Educação, suscitando uma ampla campanha de recolha de assinaturas de apoio (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 70 da Direcção Central, 20/5/1978, p. 80). Segundo Belchior (1979), “da apresentação do documento e de reuniões de trabalho com a dita Comissão, resultaram passos muito positivos para a Lei de Bases do Ensino Particular” (p. 23).

Mas é em Lyon que se jogará, talvez, a “cartada” mais acertada. Das suas andanças por Paris, quando estudava no Instituto Superior de Pedagogia, o P. Joaquim Ventura conhece a

---

<sup>15</sup> O que efectivamente acontece, em 6/11/1978, com um “Comunicado sobre a Liberdade de Ensino” (CEP, 1983: 238).

<sup>16</sup> Cujo secretário-geral é Fernando Brito, do Grande Colégio Universal, do Porto.

*Échanges Internationaux*<sup>17</sup>, uma entidade que promove colóquios internacionais tendentes a sensibilizar os políticos (e não só) para a problemática do ensino livre. Sabendo do convite endereçado por esta organização ao Parlamento português para participar no colóquio “Escolas estatais e escolas não estatais nas democracias europeias”, a realizar de 19 a 21 de Setembro de 1978, este responsável acompanhará a delegação portuguesa presidida por Teresa Ambrósio, do PS<sup>18</sup>. E é assim que o P. Ventura, como representante da AEEP (e da AEC<sup>19</sup>), toma a iniciativa de esclarecer os deputados dos grandes problemas do ensino particular. A própria Teresa Ambrósio reconhece dever ser o P. Ventura a falar, em nome da delegação, da situação real do ensino privado em Portugal. Esta relação de confiança com a presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República mostrar-se-á determinante para os ajustamentos do texto final da Lei n.º 9/79 e leis seguintes, especialmente o novo estatuto.

A aprovação da Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo, em 18 de Janeiro de 1979, satisfaz os adeptos do ensino livre e projecta o ensino privado para níveis legislativos nunca antes alcançados, consubstanciando anseios, expectativas e reivindicações antigas<sup>20</sup>.

Mas a luta continua, pois além da Lei n.º 9/79, ainda há a Lei n.º 65/79 e, sobretudo, o Estatuto! E nesta recta final, a Igreja – que sempre acompanhou esta luta com empenho – dá preciosos contributos. Além das influências do Cardeal António Ribeiro e das Notas Pastorais do episcopado, a AEC promove o Colóquio Internacional “A Escola Católica numa sociedade pluralista”, de 18 a 20 de Maio de 1979. Embora tenha como primeiro objectivo a reflexão sobre a especificidade das escolas católicas, não deixa de ter conferencistas, mormente bispos, que atendem à delicadeza do momento político vigente, lançando recomendações aos participantes e advertências aos governantes, nomeadamente sobre a regulamentação da recém publicada Lei n.º 9/79.

Com a aprovação da Lei n.º 65/79, em 4 de Outubro, estão prontos os alicerces em que assentará o novo Estatuto do EPC<sup>21</sup>. E todos os defensores da liberdade de ensino sabem que uma boa parte da luta que travaram valeu a pena.

Efectivamente, duas comissões já trabalham para o Estatuto: uma constituída no âmbito da AEEP<sup>22</sup> e outra formada por iniciativa do Ministro Luís Valente de Oliveira<sup>23</sup>.

Entretanto, perto do final do ano de 1979, novo evento internacional contribuirá para a sensibilização da classe política e dos governantes acerca da liberdade de ensino. Devido aos tais contactos privilegiados do P. Ventura em França, mais uma delegação portuguesa se desloca a este país, agora à capital, para participar, de 28 a 30 de Novembro, no VI Colóquio

---

<sup>17</sup> Organismo encarregado de ajudar as escolas católicas francesas no seu relacionamento com o estrangeiro (*Arquivo particular do P. Joaquim Ventura*, pasta IX, “Compte-rendu du Colloque tenu a Lyon”, 21/9/1978).

<sup>18</sup> Os restantes participantes são: Pedro Roseta (PPD/PSD), Adriano Fonseca Rodrigues (CDS), Jorge Abreu de Lemos (PCP), P. Joaquim Ventura (representando a AEEP, a CEEC e, informalmente, a AEC), Ir. Maria Antónia Guerreiro (Secretariado Nacional do Ensino nas Igrejas e nas Escolas) e José Gil da Costa (Escola de Pais Nacional) (*ibidem*).

<sup>19</sup> Associação das Escolas Católicas.

<sup>20</sup> É significativo este testemunho do deputado António de Sousa Franco (PSD): “Pela primeira vez em Portugal, nos últimos cinquenta anos, se define um quadro legal progressista para o ensino privado e cooperativo, sem o qual não existe liberdade de ensino (embora esta alcance mais ampla dimensão e deva existir também no ensino público, como sempre se afirmou). (...) Julgo que esta lei é passo sério para introduzir estruturas e instituições democráticas na nossa sociedade, para respeitar um importantíssimo direito do homem – o direito ao pluralismo educativo. Não há sociedade pluralista sem que o sistema educativo seja pluralista: para isso se abre uma porta. Mesmo que ela seja estreita, revelaria fraco senso não a aproveitar. Pode ser este o começo do fim da estatização escolar em Portugal” (AR, *Diário das Sessões* de 14/2/1979, pp. 1066/1067).

<sup>21</sup> “Ensino Particular e Cooperativo”.

<sup>22</sup> Formada pelo Dr. Frederico Valsassina e pelos Padres Belchior, Ventura e José Pacheco, com a colaboração do Doutor Mário Pinto, da UCP (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 81 da Direcção Central, 27/1/1979, p. 93).

<sup>23</sup> O “Ensino Particular em estabelecimento” está representado por Maria João Avilez Ataíde, Joaquim Ventura, José Carlos Belchior e Frederico Valsassina (Despacho n.º 140/79, de 30 de Abril).

Internacional *Échanges Internationaux*. E conforme combinação prévia dos membros da delegação portuguesa, é proposto à organização que o VII Colóquio se realize em Portugal, em 1980 – uma proposta aceite por todos os países presentes.

A partir de então, o “Grupo de Paris” (como é denominado) desenvolve uma série de acções e contactos tendentes a concretizar este evento, mas acompanhando de perto a evolução dos textos provisórios do novo estatuto do EPC. É constituído um secretariado, cujo responsável é Fernando Brito<sup>24</sup>. E mau grado alguns conflitos internos, o certo é que o VII Colóquio Internacional de “*Échanges Internationaux*”, sempre se realiza em Portugal, na Universidade Católica, de 9 a 12 de Setembro de 1980, pouco tempo antes da promulgação do estatuto do EPC. Na sessão inaugural, discursa o Secretário de Estado da Educação, Eng. Roberto Carneiro, que aproveita a ocasião para anunciar algumas novidades do estatuto, prestes a ser publicado. E para tranquilizar os presentes, Roberto Carneiro diz que tudo isto “representa uma aposta decidida num estatuto tendencial de paridade ensino público/ ensino privado” (Carneiro, 1980: 18).

É neste contexto assaz animador que, finalmente, em 21 de Novembro de 1980, o diploma que regulamenta a Lei n.º 9/79 é publicado, pondo termo a trinta e um anos de um estatuto caduco e desadequado ao novo desenho político e social, e às novas dinâmicas do ensino particular.

Atingido este patamar legislativo fundamental, a luta não termina. Ele há a regulamentação do estatuto em muitos dos seus pontos (autonomia pedagógica, contratos de financiamento, com especial enfoque nos de associação<sup>25</sup>, profissionalização em exercício, etc.). Ele há a revisão da CRP, em 1982, onde, finalmente, e (só) na lei, se bane o conceito de supletividade<sup>26</sup>. Ele há os trabalhos regulares do Conselho Coordenador do EPC<sup>27</sup>, qual areópago onde são supostamente debatidas as grandes questões do ensino não estatal. Ele há a Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, onde se ousa dizer que “É reconhecido pelo Estado o valor do ensino particular e cooperativo, como uma expressão concreta da liberdade de aprender e ensinar e do direito da família a orientar a educação dos filhos” (n.º 1 do art. 54º da LBSE), e se determina que os estabelecimentos do EPC são “parte integrante da rede escolar” (n.º 1 do art. 55º)<sup>28</sup>. Ele há todo um processo “esforçado” que conduzirá à publicação da Lei n.º 35/90, de 25 de Janeiro<sup>29</sup>, superiormente gerido por Roberto Carneiro, agora Ministro da Educação, mas, infelizmente, ainda não consumado, passados dezanove anos... E ele há muitos

---

<sup>24</sup> Os restantes elementos são: D. Maria da Graça Coutinho; P. Joaquim Ventura; P. Amadeu Pinto; Dr. João Pedro Monteiro, Eng. António Ressurreição, P. António Pedro dos Santos e P. Manuel Pereira Gomes (*Arquivo particular do P. Joaquim Ventura*, pasta X, “Grupo de Paris, acta n.º 1”, 29/12/1979, p. 3).

<sup>25</sup> Em entrevista, diz-nos o P. Amadeu Pinto (2007) a este respeito: “Sinto-me, modéstia à parte, um pouco (bastante) obreiro dos Contratos de Associação. Coube-me a mim, com efeito, apresentar à AEEP, melhor dito ao seu Presidente de então, o Dr. Fernando Brito (que Deus tem), Director do Grande Colégio Universal do Porto, uma proposta para ser discutida e aprovada (ou não) no Conselho Consultivo do EPC. Parece-me oportuno e interessante lembrar como tudo aconteceu: em viagem do Porto para Lisboa, de comboio, o Dr. Fernando Brito e eu discutíamos animadamente a referida proposta. Preparávamo-nos, assim, para a dita audiência do tal Conselho Consultivo. Ora, a dada altura, ia desesperando: eu a defender que tinha de ser de determinado modo e maneira e o Dr. Fernando Brito a contrariar-me sistematicamente. Qual não foi, porém, o meu espanto quando me apercebi que ele tomou tal atitude, mas para me fazer desbobinar toda a ideia. No Conselho Consultivo foi ele que a apresentou com tanta firmeza e convicção, que quase não precisei de falar” (p. 4).

<sup>26</sup> O n.º 2 do art. 75º passa a ter a seguinte redacção: “O Estado fiscaliza o ensino particular e cooperativo”. A anterior redacção era a seguinte: “O Estado fiscaliza o ensino particular supletivo do ensino público”. O n.º 1 deste artigo passa a estipular que “O Estado criará uma rede de estabelecimentos *públicos* de ensino que cubra as necessidades de toda a população”, quando, em 1976, se referia a “estabelecimentos *oficiais* de ensino”.

<sup>27</sup> A princípio “Conselho Consultivo do EPC”.

<sup>28</sup> E onde também se refere a seguinte *falácia*: “No alargamento ou no ajustamento da rede o Estado terá também em consideração as iniciativas e os estabelecimentos particulares e cooperativos, numa perspectiva de racionalização de meios, de aproveitamento de recursos e de garantia de qualidade” (n.º 2 do art. 55º).

<sup>29</sup> Que define o regime da gratuidade da escolaridade obrigatória, para todos os alunos que frequentam o ensino não superior em estabelecimento de ensino oficial, particular ou cooperativo.

despachos, circulares, notas explicativas (e outras sem explicação) que são publicados graças à insistência, à convicção, à (pa)ciência de muitos dos que entretanto estiveram a dirigir os destinos da AEEP, que seria moroso aqui descrever, e que a maioria dos presentes retém na sua memória recente.

Embora não intervindo directamente neste novo desenho constitucional e regulamentar, será de toda a justiça destacar personalidades que durante o Estado Novo também lutaram acerrimamente pela causa do ensino livre em Portugal. E lembramos o P. António Leite e os seus muitos escritos na revista *Brotéria*; o Prof. Guilherme Braga da Cruz e os seus brilhantes discursos em 1952, 1954 e 1965; o P. Mendes Fernandes e a sua tese sobre os direitos da Família, da Igreja e do Estado na educação, em 1958, assim como as suas intervenções em Congressos do Ensino Particular; Émile Planchard e António Ávila e os seus trabalhos sobre o ensino particular no projecto de Estatuto da Educação Nacional, do Ministro Galvão Teles; António Sousa Franco e P. José Carlos Belchior e os seus comentários à reforma Veiga Simão no tocante ao ensino particular e liberdade de ensino; etc., etc..

São estas algumas imagens indicadoras de uma luta sem tréguas levada a cabo por homens enxertados nos ideais de liberdade e ávidos de servir o país naquilo que lhe deve ser mais “sagrado” – a educação dos cidadãos. Para aqueles – para todos nós – que à distância de trinta anos, nos movimentamos em cima de um quadro legislativo que até nos permite muitas ousadias, ouçamos estas palavras de um dos cabouqueiros ainda vivos:

“Algumas das grandes conquistas que se conseguiram na época áurea da AEEP parecem, hoje em dia, terem sido fáceis de obter por estarem consignadas na lei, esquecendo as pessoas os tempos de grande dinamismo dos corpos directivos e o apoio constante dos associados que lotavam completamente os Plenários Gerais (quer fossem em Lisboa, nos auditórios dos Colégios do Sagrado Coração de Maria ou das Irmãs Doroteias, ou em Coimbra, no Colégio de S. Teotónio), e que defendiam as nossas causas com grande empenhamento dando um apoio extraordinário e vibrante às direcções” (Valsassina, 2006b).

### ***c) A luta pela escola de qualidade***

A luta pela coesão do ensino particular e a luta pela liberdade de ensino só terá sentido se houver escolas de qualidade, que ensinem bem, ou seja, que sejam “sinal” para a comunidade educativa, sobretudo os alunos. Será este o terceiro marco que dará sentido à luta pela liberdade de educação.

Antes da década de setenta, poucas são as informações relevantes sobre esta preocupação, embora não duvidemos que ela sempre tenha existido em muitas escolas. No entanto, já na década de sessenta, surgem sinais isolados que manifestam alguma atenção acrescida à qualidade pedagógica dos colégios.

Em 1961, o CODEP<sup>30</sup> conta, entre os seus fins, a “elevação técnica do ensino particular, prestando todas as ajudas, orientações e estímulos aos centros associados, para que os colégios católicos se acreditem cada vez mais e realizem melhor a sua missão”. Para a consecução deste desiderato, o CODEP propõe-se criar um *Gabinete de Estudos e de Orientação Didáctica* “que será o instrumento para a elevação técnica dos estabelecimentos de ensino”<sup>31</sup> (*Arquivo I do Patriarcado*, Cx 5, Carta do CODEP aos colégios e estatutos, 30/5/1961).

---

<sup>30</sup> “Centro de Orientação e Documentação do Ensino Particular”.

<sup>31</sup> Este Gabinete propõe-se “melhorar, sobretudo, a preparação específica para a educação e magistério, aperfeiçoar os métodos didácticos e educativos e a organização escolar” (*Arquivo I do Patriarcado*, Cx 5, Carta do CODEP aos colégios e estatutos, 30/5/1961).

O 1º Congresso do Ensino Particular, em 1965, também manifesta preocupações neste âmbito. São convidados conferencistas de reconhecida competência que abordam temáticas do âmbito pedagógico e científico de grande qualidade, denotando preocupação pela elevação do nível de desempenho das escolas privadas.

Mas será na década de setenta, com a explosão escolar movida por Veiga Simão, que se elege a qualidade dos estabelecimentos de ensino como uma prioridade.

Virá da Igreja essa insistência, facilmente estendida a todo o ensino não estatal. Assim, em 1971, a CEEC, ao pronunciar-se sobre o Projecto do Sistema Escolar, de Veiga Simão, alerta as escolas privadas, sobretudo as confessionais, para a qualidade do ensino ministrado. E em 1972, os cem responsáveis pelas escolas católicas que se reúnem em 17 de Junho, no Colégio de S. Miguel, propõem a criação de um “Instituto Nacional de Pedagogia” que assegure a direcção pedagógica e científica do ensino da Igreja (*Arquivo particular do P. Joaquim Ventura*, pasta II, “Encontro de representantes do Ensino da Igreja”, 17/6/1972). Em Novembro deste ano, também o P. José Carlos Belchior (1972b), director do Colégio S. João de Brito, reclama “uma inspecção em moldes mais actualizados e eficazes”, assim como uma “maior maleabilidade de programas que permitam experiências pedagógicas” (p. 6)<sup>32</sup>.

É para garantir esta qualidade que os responsáveis de muitas escolas privadas, após o III Encontro Nacional, pedem pessoalmente a Veiga Simão para que se “definam as condições para a concessão de novos alvarás a fim de que a criação indiscriminada de estabelecimentos deficientes não venha a afectar o prestígio do Ensino Particular” (*Reconquista*, 30/3/1974, p. 3).

Entretanto, os “Colégios Associados da Zona de Leiria” ensaiam a realização de provas escritas conjuntas, elaboradas por equipas mistas das escolas privadas associadas, a fim de validar a avaliação, promover a qualidade e seriedade do ensino e “apagar uma certa imagem negativa que pairava a este nível”, como refere o P. Joaquim Ventura (2008), em entrevista (p. 12).

Com a aglutinação do “movimento das escolas católicas” na nova associação de todo o ensino privado, parte destas reivindicações pela qualidade do ensino são assumidas institucionalmente pela AEEP. Na Assembleia Executiva de 23 de Setembro de 1974, fala-se no ensino clandestino existente por todo o país que urge combater, com a colaboração do Estado, para resguardar a imagem de seriedade do ensino privado (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 6 da Assembleia Executiva da AEEP, 23/9/1974, p. 5). E no Plenário zonal, em Coimbra, em 11 de Fevereiro de 1975, sob a direcção do P. Joaquim Ventura, é proposto convidar professores metodólogos e outros especialistas para formação dos professores (*Arquivo particular do P. Joaquim Ventura*, pasta VIII, “Coimbra – Plenário zonal” 11/2/1975).

Mas será em 1976 que a questão da qualidade pedagógica se porá com mais acuidade. Com efeito, na reunião da Direcção Central de 6 de Novembro de 1976, sob o título “Experiências pedagógicas”, é “analisado e estudado o problema da criação duma Comissão Pedagógica que se incumba da dinamização neste aspecto” (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 39 da Direcção Central, 6/11/1976, p. 39v). Assenta-se constituir, desde logo, dois grupos (em Lisboa e Porto) de pessoas “com específica preparação ou experiência pedagógica, que se debrucem sobre os problemas mais prementes e estabeleçam orientações de trabalho no campo pedagógico”. Por sugestão do Dr. João Nabais, do Colégio Vasco da Gama, são imediatamente agendados dois

---

<sup>32</sup> Diz-nos o P. Joaquim Ventura (2008), a este respeito: “Porque temos o nosso lugar e para que olhem para nós e mereçamos o olhar e a confiança dos outros, vamos valorizar-nos mais. Porque há muitas escolas que não têm nada. E como eu trazia algum arsenal de conhecimentos do meu curso (...) vinha enriquecido e podia transmitir o que aprendi. Procurámos, pois, a valorização do ensino particular, através da realização de pequenos encontros de formação, primeiro a nível dos seis, depois dos doze, depois a nível dos distritos do centro, depois de Lisboa e, finalmente, a nível nacional” (p. 6).

encontros, por ele orientados, onde são focados os problemas inerentes à avaliação individual dos alunos (p. 40).

Na reunião de 11 de Dezembro de 1976, o primeiro ponto da agenda versa os “Encontros de Actualização Pedagógica”. O P. Burguete dá conta das acções previstas realizar pelo “Grupo de Dinamização Pedagógica” da Zona Norte, ao longo do 2º período, abordando os seguintes temas: “Consciencialização e exigências do Ensino Particular na actual conjuntura sócio-económica”, “Linhas programáticas de actuação pedagógica” e “Linhas programáticas de actuação didáctica” (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 42 da Direcção Central, 11/12/1976, p. 42v)<sup>33</sup>.

A preocupação pela qualidade não mais se deixa de colocar aos dirigentes da Associação e vai estendendo-se um pouco por todo o lado. Na reunião de 5 de Março de 1977 da Direcção Central o Dr. João Nabais dá conta de “encontros de dinamização pedagógica” realizados em Lisboa, Leiria e Braga, disponibilizando-se para orientar outros. Também nesta reunião é proposta a realização de um “curso intensivo”, em Setembro, com uma dinâmica própria muito ambiciosa<sup>34</sup> (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 45 da Direcção Central, 5/3/1977, p. 46). Entretanto, quando a Zona Norte da AEEP apresenta o “1º Plano para a organização do Congresso do Ensino Particular”<sup>35</sup>, Fernando Brito propõe que se criem duas comissões pedagógicas, uma no Norte (Porto) e outra no Sul (Lisboa), tendo em vista a renovação e actualização de professores (AEEP, *espólio do P. Burguete*, caixa 10, “1º Plano...”, 30/4/1977, pp. 3). Aliás, na reunião da Direcção Central onde este documento é apresentado, considera-se que “urge actuar concertadamente no campo pedagógico”, tendo ficado previsto cada zona criar a sua comissão pedagógica e constituir-se uma Comissão Pedagógica Nacional, presidida pelo P. Burguete, na qualidade de Presidente da Direcção-Central, com a incumbência de “impulsionar e coordenar” o trabalho das comissões pedagógicas zonais (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 49 da Direcção Central, 30/4/1977, pp. 50/51).

E é a Zona Norte que em Setembro, na reunião da Direcção Central, dá a conhecer a preparação de mais um “curso de actualização pedagógica”, tendo, para o efeito, contactado o “Centre d’Études Pédagogiques”, de Paris, para o orientar<sup>36</sup>. Também nesta reunião é proposta a adesão da AEEP a este centro internacional (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 56 da Direcção Central, 24/9/1977, pp. 50/51).

Entretanto, a dinâmica do Congrene estimula a realização de variadas acções, tendo-se criado “Secretariados das Acções Pedagógicas”. A Zona Centro-Litoral sabe potenciar esta oportunidade, realizando o seu 1º encontro em 26 de Junho de 1978, no Colégio da Cruz da Areia, em Leiria (cf. *Boletim* “A Escola Católica”, 1981: 18). O 2º encontro acontece em 12 de Fevereiro de 1979, no Colégio de S. Miguel, em Fátima, procurando-se aplicar uma nova pedagogia assente no “ensino individualizado e personalizado” (*Arquivo Particular do P. Joaquim Ventura*, pasta VII, “2º Encontro...”, 12/2/1979).

Em 1978, por meio da revista *Brotéria*, o P. José Carlos Belchior estimula as escolas particulares a serem criativas no campo pedagógico, passando “à ofensiva” em vez de atitudes “de reboque” para se assumirem como referências no panorama educativo nacional (Belchior, 1978: 12). Tempos mais tarde, este alto responsável crê que “a escola particular está

---

<sup>33</sup> Nesta reunião, e fazendo parte deste ponto da agenda, “foi exposta a vantagem que adviria para os associados da AEEP com a criação de uma cooperativa livreira, assunto que ficou para estudo posterior (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 43 da Direcção Central, 15/1/1977, p. 43v).

<sup>34</sup> Estava previsto que, “após o curso, constituir-se-iam grupos de trabalho que, espalhados pelo país, continuariam durante o ano a acção encetada no curso, pela aplicação experimental e criticada, por disciplinas, dos princípios adquiridos” (*Arquivo da AEEP*, Acta n.º 45 da Direcção Central, 5/3/1977, p. 46).

<sup>35</sup> Futuro “CONGRENE”.

<sup>36</sup> Mais um contacto resultante das andanças do P. Joaquim Ventura por Paris. Efectivamente, o P. Faure, responsável deste Centro, está em Portugal por diversas ocasiões.

consciente da sua responsabilidade de melhorar cada vez mais a educação que proporciona aos seus alunos (1979: 27).

Consumado, no final da década de setenta, o edifício normativo do EPC num quadro de “confiança política”, é necessário consagrar a “confiança pedagógica”. E a AEEP não pára. E as escolas privadas, por iniciativa própria, também não.

Em 8 de Julho de 1981, o P. Nuno Burguete, na qualidade de presidente da AEEP, escreve ao Reitor da Universidade Católica, P. Bacelar, perguntando-lhe se “a UCP, que tanto tem labutado pela dignificação do Ensino em Portugal, não poderia encarar a hipótese de lançar, urgentemente, uma Faculdade de Ciências Pedagógicas<sup>37</sup>, (...) a primeira necessidade de quem investe no Ensino e na educação” (AEEP, *espólio do P. Burguete*, caixa 6, 8/7/1981).

Na mesma data, numa acção obviamente concertada, o Director do Colégio da Imaculada Conceição (Cernache, Coimbra), P. Manuel Pereira Gomes, delegado da AEEP – Zona Litoral, também sacerdote jesuíta, escreve igualmente ao Reitor da UCP sobre este mesmo assunto: “Não faltam livros, não falta legislação com sua fundamentação, (...) mas falta uma sistematização de todo este processo ensinar/ aprender. (...) Sente-se a falta dum laboratório sistematizador e atento a este mundo pedagógico, a este mundo didáctico, a este mundo social. (...) Gostaríamos duma solução não empresarial nem logocêntrica, mas verdadeiramente humanista” (AEEP, *espólio do P. Burguete*, caixa 6, 8/7/1981).

Na senda permanente pela qualidade, não faltarão outras oportunidades para se “fazer” formação. Da iniciativa da AEEP são os congressos, os fóruns, as jornadas, os encontros regionais (mormente sobre a reforma educativa de Roberto Carneiro ou a gestão flexível do currículo) ou até mesmo, a outro nível, os cursos para directores ou a proposta de adesão dos associados ao projecto *Melhorar a Qualidade*.

Da parte das escolas da Igreja, e olhando mais à sua identidade, realizam-se, ainda na década de setenta, vários encontros de formação, alguns dos quais a nível nacional, tais como as semanas de reflexão para professores, cursos para pais e encontros-retiros para alunos, em 1979 e 1980 (*Boletim “A Escola Católica”, 1981: 44*). Esta dinâmica será continuada a partir de 1982, e durante vários anos, com os “Encontros de Escola Católica”, em Setembro, e abertos às comunidades educativas, especialmente professores. A partir de 1995, agora da iniciativa da (futura) APEC<sup>38</sup>, são realizados encontros de formação para alunos, pais, funcionários não docentes, professores e directores.

Mas de iniciativas mais ou menos individuais, e a partir do início da década de setenta, diversos colégios empenham-se na formação contínua de professores (nas áreas dos valores, das metodologias, da liderança, da motivação, da relação professor-aluno, etc.), aproveitando, designadamente, a equipa de *Padres y Maestros*, da Coruña, com os Padres Jesus Garrido e Garcia de Dios.

Também a partir de 1989, surge o CAIP – *Centro de Actualização e Inovação Pedagógica* – congregando os colégios da Companhia de Jesus e outros que com eles se identificam. De entre as muitas actividades que promovem (só em 1989, realiza oito cursos de três dias cada e seis seminários), destacam-se as célebres *Jornadas de Actualização e Inovação Pedagógica* (JAIP), realizadas, durante anos, a partir daquela data, concentrando centenas de educadores de escolas privadas e, curiosamente, também estatais. As temáticas situam-se essencialmente na área pedagógica e nas políticas de educação, num período marcado pela reforma educativa de Roberto Carneiro.

---

<sup>37</sup> O P. Nuno Burguete sugere a cidade do Porto para sede, dada “a enorme densidade de escolas do norte do país” (AEEP, *espólio do P. Burguete*, caixa 6, 8/7/1981). Este desiderato será atingido quase duas décadas depois, com a criação do Instituto de Educação, em 1998, que se transformará, em 2004, na Faculdade de Educação e Psicologia, com sede no Porto.

<sup>38</sup> “Associação Portuguesa de Escolas Católicas”.

É deveras notável o esforço empreendido pelas escolas privadas no seu conjunto, através da AEEP (e de outras instituições, como vimos), com o grande objectivo de criar uma cultura de aprendizagem contínua, de molde a catapultar a escola não estatal para níveis de excelência, que marquem a diferença no panorama educativo nacional. Mas, a luta pela escola livre, e de qualidade, ainda não terminou...

### **3. “A luta continua”, em jeito de conclusão...**

Pois é, a “luta continua”, como tantas vezes se ouviu naquele período revolucionário onde muitas destas “coisas” se passaram...

A história “vale o que vale”. Mas valerá pouco se não recolhermos dela ensinamentos para o futuro, uma espécie de presente em movimento...

Os três marcos por nós destacados não são estáticos. Pelo contrário, eles encerram energia que se há-de libertar continuamente. É necessário insistir na acção conjunta e concertada. É necessário pressionar os poderes políticos para que, além de elaborarem leis justas e favoráveis às liberdades de aprender e ensinar, as cumpram efectivamente. É necessário que cada escola privada se organize de modo a ministrar um ensino de qualidade, de “excelência”.

O ensino privado deve orgulhar-se do seu passado, pleno de riqueza, de luta, de perseverança, de fé! Foi pioneiro em (quase) tudo: na organização de um sistema escolar (com os jesuítas); em metodologias de ensino (onde salientamos o regime de classes, o ensino mútuo, o método João de Deus, as escolas itinerantes ou “móveis”, etc.); no projecto educativo; na articulação entre os diferentes ciclos de estudos (escolas *integradas*); no ensino das *primeiras letras*; no ensino superior; na educação pré-escolar (tanto na formação dos agentes como nas próprias instituições educativas); no ensino aos alunos com necessidades educativas especiais; no ensino artístico; no ensino profissional; na educação feminina; no ensino aos mais desfavorecidos; no acolhimento a alunos, em regime de internato; nas turmas mistas; nas aulas de substituição; nos planos curriculares próprios; etc..

É preciso continuar este pioneirismo e potenciá-lo, com garra, habilidade, destreza, nunca esquecendo “a pessoa que mora no aluno” (Joaquim Azevedo), afinal de contas a razão de ser das nossas escolas.

“É preciso continuar a sonhar”, como (ainda) nos fala um homem do passado, ao seu estilo, tão próprio, tão marcante, mas que continua presente, como outros que já partiram, depois de tanto lutarem...

«É preciso continuar a sonhar. Porque o ‘sonho comanda a vida’... E a acreditar – a experiência tanto ensina – que os ‘Homens passam e as ideias ficam’. Ora a ideia da “Liberdade de Educar e de Ensinar, para todos” é mesmo uma grande ideia! Quiçá a ‘mais enorme’ e mais admirável de quantas as que são de molde a fascinar-nos, como pessoas, na nossa própria realização. Por ter de se concretizar, iniludivelmente, em ‘serviço aos outros’» (P. Amadeu Pinto, 1994. *Contacto*, 109, Nov/Dez, p. 10).

É preciso continuar a sonhar. É preciso continuar a servir bem os outros, com os olhos postos no futuro...

“E o que é o futuro? É quando vai acontecer uma coisa nova” (Verónica, 5 anos) (Valsassina *et al.*, 2006: 380).

Que saibamos fazer “coisas” novas! E boas!

*Jorge Cotovio*  
jfcotovio@gmail.com

## Fontes

AEEP, *espólio do P. Burguete*, caixas 3, 6, 10, 11.

*Arquivo 1 do Patriarcado*, Cx 5.

*Arquivo da AEEP*, Actas da Assembleia Executiva Pró-AEEP.

*Arquivo da AEEP*, Actas da Assembleia Plenária.

*Arquivo da AEEP*, Actas da Direcção Central.

*Arquivo da AEEP*, Actas de Posse.

*Arquivo da CEP* (Conferência Episcopal Portuguesa).

*Arquivo Particular do P. Joaquim Ventura*, pastas I, II, VII, VIII, IX, X.

Assembleia Constituinte. *Diário das Sessões*.

Assembleia da República, *Diário das Sessões*.

BELCHIOR, J. Carlos (1972a). “Possibilidades educativas da escola particular na actual situação”. *Brotéria*, Junho, vol. 94, pp. 692-710.

BELCHIOR, J. Carlos (1972b). “Democratização do ensino – entrevista ao director do Colégio de S. João de Brito”. *Diário de Lisboa*, 3 de Novembro, pp. 4-6.

BELCHIOR, J. Carlos (1978). “Liberdade pedagógica e liberdade de ensino”. *Brotéria*, Julho, vol. 107, pp. 3-14.

BELCHIOR, J. Carlos (1979). *Liberdade de ensino em Portugal*. Lisboa: Edições Critério.  
*Boletim “A Escola Católica”* (1981). Número especial editado pela Associação das Escolas Católicas (AEC).

BRITO, Fernando (1994). “Linhas prioritárias de acção”. *Contacto*, nº 109, pp. 12-14.

CARNEIRO, Roberto (1980). “Sessão de Abertura”. *VII Colóquio Internacional de “Echanges Internationaux”*. Sto. Tirso: INA, pp. 13-21.

CEP – CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (1983). “Comunicado da reunião de 3 a 6/4/1978”. In *Documentos Pastorais 1978-1982*. Lisboa: Secretariado Geral do Episcopado, pp. 232-241.

CIPPOLA, Carlo M. (1993). *Introdução ao Estudo da História Económica*. Lisboa: Edições 70.

CONGRENE (1978). *Propostas aprovadas em Plenário Geral*. Documento policopiado.

Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de Janeiro.

Despacho n.º 140/79, de 30 de Abril.

Diário *Novidades*, 8/3/1973.

Diário *O Século* de 22/3/1974.

Lei n.º 46/86 (Lei de Bases do Sistema Educativo).

LOPES, António (1977). “Breve esboço histórico do Ensino Particular em Portugal”. *Contacto*, Junho, n.º 8, pp. 5/6.

NETO, J. Pereira (2006). *Entrevista*. Documento policopiado.

PINTO, Amadeu (1994). “Análise/Testemunho – O EPC, em Portugal, em 1994”. *Contacto*, n.º 109, Novº/Dezº, pp. 2-10.

PINTO, Amadeu (2007). *Entrevista*. Documento policopiado.

RODRIGUES, J. Agostinho (1965). “O ensino particular tem direitos”. In *Actas do 1º Congresso Nacional do Ensino Particular*. Lisboa: s/e, pp. 719-724.

Semanário *A defesa* de 18/10/1978.

Semanário *Reconquista* de 10/3/1973 e 30/3/1974..

Semanário *Voz Portucalense* de 22/7/1972.

VALSASSINA, Frederico (2006a). “A evolução do ensino particular”. *Expresso* (separata), 10 de Junho, pp. 18/19.

VALSASSINA, Frederico (2006b). *Entrevista*. Documento policopiado.

VALSASSINA, Frederico, HEITOR, Mário, HEITOR, Frederico & HEITOR, João (2006). *Colégio Valsassina, Uma história com mais de 100 anos*. Lisboa: Colégio Valsassina.

VENTURA, Joaquim R. (2008). *Entrevista*. Documento policopiado.

[www.confap.pt](http://www.confap.pt)